Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WALDEMARINA GALVÃO LOPES
Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS
Presidente

Publicado por:
Edney da Silva Pereira
Código Identificador:DD233510

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA
FAMÍLIA - SEMASF
09/GAB/SEMASF/2019**

PORTARIA Nº. 09/GAB/SEMASF/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA – SEMASF DE PORTO VELHO-RO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo nº 12.00148-000/2018.

RESOLVE:

TORNAR VÁLIDA A PORTARIA Nº. 128/GAB/SEMASF de 31 de Agosto de 2018 que concedeu: suprimento de fundos, em regime de adiantamento, na importância de **RS 4.000,00 (Quatro mil reais)** a servidora **SEFRA MARIA BARROS SILVA**, cadastro 77257, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família – SEMASF, localização: Unidade de Acolhimento Institucional Casa Juventude, nos seguintes elementos de despesas:

- 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – valor **RS 2.000,00 (Dois mil reais).**
- 3.3.90.30.00 – Materiais de Consumo – valor **RS 2.000,00 (Dois mil reais).**

Art. 2º o prazo de aplicação do adiantamento de que trata o artigo 1º será de 90 (até noventa dias), a partir do recebimento e o prazo para a apresentação de prestação de contas será de 20 (até vinte dias) a contar do término do prazo de aplicação.

Art. 3º A finalidade do adiantamento será para despesas determinadas pelo Decreto nº 14.707, de 23 de Agosto de 2017.

Art. 4º Ao responsável pela aplicação do adiantamento caberá fazer, pessoalmente a sua comprovação de acordo com a legislação.

Art. 5º O Departamento de Contabilidade efetuará os registros complementares à caracterização comprobatória da aplicação.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Porto Velho-RO, 15 de janeiro de 2019.

CLAUDINALDO LEÃO DA ROCHA

Secretário Municipal de Assistência Social e da Família – SEMASF
Decreto nº 118/I

Publicado por:
Edney da Silva Pereira
Código Identificador:498B45D0

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 02/GAB/SEMED/2019**

PORTARIA n.º 02/GAB/SEMED/2019

Porto Velho, 15 de janeiro de 2019

CONSIDERANDO a destinação de recursos públicos na manutenção e desenvolvimento do ensino, determinada pelo art. 212 da Constituição Federal e no art. 21 da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007 (Lei do FUNDEB);

CONSIDERANDO o disposto na Portaria Conjunta FNDE/STN n.º 02, de 15 de janeiro de 2018, que dispõe sobre as atribuições dos agentes financeiros do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB e regulamenta a movimentação financeira e a divulgação das informações sobre transferências e utilização de seus recursos;

CONSIDERANDO a reestruturação administrativa da Prefeitura de Porto Velho, promovida pela Lei Complementar n.º 648, de 05 de janeiro de 2017, com a redação dada pelas Leis Complementares n.ºs 650, de 08 de fevereiro de 2017 e 689, de 31 de outubro de 2017;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 32, da Lei Municipal n.º 2.531, de 29 de junho de 2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO);

CONSIDERANDO ainda, o Decreto n.º 15.668, de 03 de janeiro de 2019, que dispõe sobre a criação e adequação, na estrutura orçamentária e financeira do Exercício de 2019, da Unidade Gestora da Secretaria Municipal de Educação – SEMED e dá outras providências (Institui a Gestão Plena no âmbito da Semed),

NOMEIA:

Art. 1º. O servidor **VALFREDO GARCIA DOS SANTOS**, Chefe de Divisão de Programação e Execução Orçamentária, nomeado pelo Decreto n.º 1.416/I, de 14 de janeiro de 2014, Matrícula n.º 245.507 como responsável para executar a Gestão Plena no âmbito da Semed, juntamente com o titular da pasta.

Art. 2º. Toda movimentação financeira de recurso, derivado das contas vinculadas ao CNPJ n.º 30.634.740/0001-40 específico da Unidade Gestora ora criada pelo presente Decreto, será de responsabilidade do titular da Secretaria Municipal de Educação – SEMED conjuntamente com o chefe do Setor Financeiro, devendo se efetivar exclusivamente por meio eletrônico.

Art. 3º. Os recursos públicos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, sejam eles próprios ou vinculados, serão liberados de acordo com os decretos que estabelecem a programação financeira e o cronograma de desembolso mensal para o respectivo exercício, conforme previsto no art. 8º da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Parágrafo único. Os recursos financeiros referentes às cotas mensais serão repassados de acordo com a previsão orçamentária, em conformidade com a disponibilidade financeira.

Art. 4º. A execução orçamentária e financeira da Secretaria Municipal de Educação – SEMED deverá ser processada em estrito cumprimento ao Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), bem como os demais instrumentos legais que regulamentam a matéria.

Art. 5º. Para fins de execução orçamentária, os créditos serão centralizados na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, nas respectivas unidades orçamentárias, sob supervisão sistêmica e com acompanhamento da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG.

Art. 6º. Para fins de execução financeira, as transferências ficam centralizadas na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, nas respectivas contas bancárias, permanecendo em aplicações financeiras até sua efetiva utilização, após regular processo de liquidação e pagamento da despesa.

Art. 7º. Para cumprimento dos índices para manutenção e desenvolvimento do ensino, estabelecidos no art. 212 da Constituição Federal, a Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ, por intermédio do Departamento de Contabilidade – DEC, fará o acompanhamento da aplicação dos recursos, devendo manter permanente interlocução com a Secretaria Municipal de Educação – SEMED e com a Controladoria Geral do Município – CGM.

Art. 8º. Compete à Controladoria Geral do Município – CGM, como órgão de controle interno, acompanhar a fiel execução do orçamento da unidade gestora implementada pelo presente decreto, cabendo-lhe, ainda, o acompanhamento na relação desta com os órgãos de controle externo, especialmente no que tange à prestação de contas.